

QUANDO O JORNALISMO FALA DO PRESÍDIO: A INTERSECÇÃO DE DISPOSITIVOS DISCIPLINARES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO A PARTIR DA ÓTICA DE FOUCAULT

João Flávio de Almeida¹

Luciano Bezerra Da Silva Filho²

Marissa Mendonça de Sousa³

RESUMO

O presente trabalho versa sobre a relação entre o dispositivo midiático jornalístico e o dispositivo prisional, segundo a ótica de Michel Foucault (2007; 2008). Partimos da hipótese de que o acoplamento destes dispositivos de poder põe em funcionamento uma rede de poderes disciplinares que exercem uma dupla função social: estabelecer um regime próprio de dizibilidade e visibilidade sobre o indivíduo em situação de reclusão, que ocorre quando o jornalismo diz e mostra o preso “pelo lado de fora”, sem que lhe seja dada oportunidade para fazê-lo por si mesmo; e inculcar na sociedade em geral um imaginário de horror e aversão ao presídio e ao presidiário, exercendo um poder disciplinar complexo, baseado na intimidação do cidadão “ainda não-presos”, que resulta numa hostilização ao detento e ao ex-detento. Para testar a hipótese, foram analisadas imagens televisivas de coberturas jornalísticas de rebeliões em presídios, bem como reportagens que mostram as condições de vida dos presidiários. O objetivo principal do artigo foi analisar os dispositivos disciplinares contemporâneos que funcionam a partir do encontro de outros dispositivos, a saber, o midiático jornalístico e o prisional, lançando luz sobre as práticas e as técnicas que produzem um temor social com função traçada: disciplina e poder.

Palavras chave: Foucault; Dispositivo Midiático; Dispositivo Prisional; Sociedade Disciplinar.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, fundamentada na Análise do Discurso (doravante, AD) de linha francesa, mais especificamente de Michel Foucault (2007; 2008), teve como objetivo principal discutir a relação entre jornalismo/sentidos/presídio. Ao analisar criticamente alguns dizeres que o jornalismo produz a respeito do presídio e seus efeitos discursivos, compreendeu-se como o jornalismo participa da construção de um imaginário sobre o presídio e o presidiário, causando efeitos

sociais tanto na vida da pessoa em situação de reclusão, quanto na vida social daqueles que veem o presídio de fora, sob a lente jornalística.

Nos ancoramos em conceitos fundamentados no campo do jornalismo (PENA, 2005), bem como nos pressupostos teóricos fornecidos pela AD francesa, nos conceitos de Discurso, Formação Discursiva, Dispositivos Sociais, Sociedade Disciplinar e Biopoder (FOUCAULT, 2018), tendo em vista sempre que os enunciados nunca são neutros, mas estão sempre implicados em jogos de poder.

Partindo do pensamento Foucaultiano, partimos da hipótese de que nem sempre os sentidos de “presídio” foram tal como são delineados atualmente. Com o método conhecido como Arqueologia dos Saberes, o filósofo francês convida a “escavar” a história de um sentido, de uma instituição, de um dispositivo de saber etc. No livro *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 1987), o autor já fez esta arqueologia do presídio, de suas funções sociais, de seus efeitos discursivos e de suas formas de manutenção do poder. No entanto, compreende-se aqui uma arqueologia não apenas do presídio, nem tampouco do jornalismo, mas do imbricamento destes dispositivos de poder, ao “escavar” as camadas de imagens e dizeres que narram o presídio e o presidiário pelo lado de fora, sem que lhes seja dada ocasião de falar e mostrar suas próprias experiências prisionais.

Como os presídios e os presidiários são apresentados pelo jornalismo? Quais os efeitos discursivos destes dispositivos? Estas são as perguntas norteadoras que, por intermédio da Arqueologia dos Saberes busca-se desvelar. Para isso, foi estabelecido um *corpus* de análise de quatro matérias/notícias jornalísticas narradas por diferentes veículos de tv, o que possibilitou identificar as marcas discursivas que o jornalismo deixa a respeito do presídio. Subsequentemente, decorreu a análise dos efeitos deste imaginário – medo, disciplina e docilidade – na sociedade brasileira. Com Foucault, compreendemos que a língua nunca é neutra, logo, toda vez que o jornalismo narra algo a respeito do universo dos presídios ou dos presidiários, ele já está trabalhando um imaginário discursivo, alimentando a fala dominante de acordo com os acontecimentos relatados.

Ao participar desse dispositivo social, o jornalismo cumpre um papel na dinâmica do poder, o de produzir medo e disciplina, que docilizam corpos para torná-los úteis, um movimento que, na forma, se assemelha muito ao gesto de controlar a população à distância como nos períodos do suplício público.

O que significa exercer poder? Não significa pegar este gravador e jogá-lo no chão. Eu tenho a capacidade de fazê-lo [...], mas eu não estaria exercendo poder se o fizesse. No entanto, se eu pegar este gravador e jogá-lo no chão - a fim de irritá-lo ou de modo que você não possa repetir o que eu disse, ou para pressioná-lo, de modo que você se comporte de determinada maneira, ou para intimidá-lo -, bem, o que eu fiz, ao moldar o seu comportamento através de certos meios, isso é poder [...]. [...] quer dizer, eu não o estou forçando absolutamente, e o estou deixando completamente livre - é quando começo a exercer poder. Está claro que o poder não deve ser definido como um ato coercitivo de violência que reprime os indivíduos, obrigando-os a fazerem alguma coisa ou impedindo-os de fazerem alguma outra coisa. Mas ocorre quando haja uma relação entre dois sujeitos livres, e esta relação esteja desequilibrada, de modo que um pode agir sobre o outro, e o outro sofrer a ação, ou se permitir sofrer a ação (FOUCAULT, 2018, p. 14).

Poder, portanto, é uma força que se exerce sobre a ação do outro, mas não necessariamente esta ação resulta em negações e privações, mas pode resultar também em criação e direcionamento de forças. Partindo dessas premissas, este artigo pretende descrever as práticas jornalísticas a respeito do presídio, a soma de dois dispositivos que constituem (mas não somente eles) um dispositivo maior e mais abrangente: o dispositivo disciplinar.

2 FOUCAULT, O JORNALISMO E O PRESÍDIO

O dispositivo “presídio”, como ponto de partida do estudo relacionado ao poder disciplinar, prontamente sobrechega à metáfora do Panóptico, apresentada como um modelo de prisão proposto em sua forma original em 1785, pelo filósofo e jurista Jeremy Bentham e, logo após, como um conceito aprimorado por Michel Foucault.

O Panóptico apresenta um modelo de prisão circular com uma torre localizada ao centro, que possibilita um panorama geral de controle de todas as celas, sem que delas se possa observar os vigilantes. Da torre de vigia é possível ver tudo, mas das celas não é possível ver os vigias. Ocasionalmente a torre fica

vazia, mas ainda assim os presos continuam dóceis precisamente por não saberem quando estão sendo vigiados. Depois de um tempo, a vigilância acaba sendo incorporada pelo próprio preso, que passa a ser o policial de si mesmo, momento em que a disciplina é entronizada, e todos passam a ser vigias de todos. Para esse modelo funcionar, é preciso que o preso não seja capaz de ver seus vigias, que se tornam forças ubíquas e atemporais.

A partir desse padrão, surgem os modos de Dizibilidade e Visibilidade, apontados por Foucault, que consistem em regimes de poder calcados em formas de mostrar e ocultar, dizer e silenciar. Ao preso, é impossível dizer e mostrar tanto a própria vida quanto a identidade de seus observadores. Por outro lado, ao observador é dado ver, dizer e mostrar o presidiário, produzindo um discurso final que é desconhecido do próprio presidiário: a rigor, não é apresentado ao presidiário o que se mostra e fala dele.

O Panóptico, em Foucault, funciona como um modelo que se espraia por diversas outras instituições de poder. Podemos citar como exemplos os algoritmos das redes sociais ou a tradicional sala de aula, projetados para se observar sem ser observado. Com os algoritmos, não somos capazes de observar a sequência de comandos responsáveis por entregar cada vez mais conteúdos similares e de interesse em massa, ao mesmo tempo em que eles se mantêm atentos aos nossos acessos, assuntos, cliques e tempo de permanência. Já com a sala de aula convencional das escolas, o professor é quem vê tudo sem que todos os alunos tenham a mesma visão. É possível, ainda, citar o popular reality show, Big Brother, como modelo dessa metáfora, neste caso, o “grande irmão”, como é traduzido, está sempre de olho nos participantes que não possuem a mesma vantagem.

FIGURA 1: Exemplificação de um Panóptico



Fonte: Papo de Homem

(<https://papodehomem.com.br/modelo-panoptico-como-vigiar-com-esforco-minimo/>)

Este regime de dizibilidade e visibilidade do presidiário só é possível por ocasião do encontro entre o dispositivo presídio e o dispositivo jornalismo. Jornalistas, assim como cientistas sociais e juristas, são capazes de ver e falar a respeito da população carcerária sem que haja a mesma possibilidade do outro lado. O que veem e falam os presos fica restrito aos muros da prisão, não só perdendo importância, mas perdendo a própria existência.

É a partir dessa ideia que assumimos a hipótese de que o jornalismo mostra predominantemente o presídio em momentos de extrema violência, em situação de miséria e desumanização. Assim, cria-se um imaginário discursivo, uma antecipação semântica (PÊCHEUX, 2008), que preenche e envolve os dizeres sociais sobre o presídio com sentidos pejorativos que produzem temores sociais: o medo do próprio preso e o medo de se tornar um (FOUCAULT, 2008).

Dessa forma, o presídio e o imaginário a respeito dele substituem o antigo suplício, que até o final do século XVIII tinha como finalidade punir agressivamente, através de execuções públicas, na intenção de assegurar a ordem social e política ao desencorajar atos criminosos. Tinha o papel de disciplinar a sociedade. Essa era uma das principais maneiras pela qual o poder era aplicado

sobre a massa de cidadãos, sendo classificado como a arte de causar uma dor indescritível, de acordo com a gravidade do erro praticado. Era necessário que o acontecimento fosse mostrado ao máximo possível de pessoas: deveria ser memorável. Essa prática funcionava como máscara, pela qual grande parte do funcionamento do poder era obscurecida, tornando aceitável muitos dos verdadeiros mecanismos dele (FOUCAULT, 2018). O suplício, portanto, era um dispositivo de poder que suscitava temor e ordem.

Compreende-se então que a imbricação entre o dispositivo de poder prisão e o dispositivo jornalismo forma uma sinestesia capaz de suscitar um discurso de medo e ordem em larga escala social. Contudo, não se trata apenas de produzir ordem e coesão social, mas também de apagar a existência humana dos presidiários, deixando no lugar apenas um discurso de barbaridade, brutalidade e selvageria que justificaria, enfim, o tratamento desumano que tais indivíduos merecem.

2.1. DEFININDO “DISPOSITIVO”

Michel Foucault, em suas análises sobre o poder, desenvolveu o conceito de "dispositivo" como parte integrante de sua abordagem arqueogenealógica. Em sua obra "Vigiar e Punir", ao examinar o sistema prisional, Foucault destaca que o poder não está centralizado em uma única instituição ou pessoa, mas se dispersa e se manifesta por meio de dispositivos sociais. Ele define o dispositivo como um conjunto heterogêneo de práticas, instituições, discursos e leis que funcionam juntos para produzir efeitos de poder.

Para Foucault, os dispositivos não se limitam a estruturas físicas, como prisões ou hospitais, mas também incluem práticas discursivas, normas sociais e técnicas de controle. Cada dispositivo visa regular e moldar comportamentos, estabelecendo normas e categorias que definem o que é considerado aceitável ou desviante na sociedade. Portanto, o conceito de dispositivo é fundamental para compreender como o poder opera de maneira dispersa e sutil, influenciando as subjetividades e as relações sociais.

Giorgio Agamben, por sua vez, expande e aprofunda o conceito de dispositivo em seu artigo "O Que É um Dispositivo?". Agamben (0000) destaca que o dispositivo não apenas regula comportamentos, mas também controla a vida e a morte, transformando-as em objetos de poder. O estado de exceção, segundo Agamben, é um exemplo crucial de como os dispositivos operam, suspendendo normas e direitos em nome da segurança e do controle. Ao explorar a relação entre soberania, biopolítica e dispositivo, Agamben argumenta que o poder contemporâneo se baseia na gestão da vida, transformando-a em algo político e sujeito a intervenções governamentais. Os dispositivos, nesse contexto, desempenham um papel central na configuração das dinâmicas sociais e políticas, tornando-se mecanismos complexos que transcendem as fronteiras físicas das instituições tradicionais.

Generalizando posteriormente a já amplíssima classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder e em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e - porque não - a linguagem mesma, que talvez seja o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata - provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiriam - teve a inconsciência de se deixar capturar. (AGAMBEN, 1998)

Como se vê, entende-se a própria língua como um dispositivo de poder, isto é, como um dispositivo que instaura um campo de possibilidades dizíveis em uma determinada conjuntura sócio-histórica. A língua é o lugar privilegiado onde ocorre a subjetividade – o ‘eu’ – aquilo que Foucault define como gesto de saber e definir a si mesmo de forma social. Ao se dizer dentro das possibilidades de uma língua, o sujeito é instaurado dentro de um campo de dizibilidades possíveis, regulado socialmente pelas instituições sociais de poder.

Ao acolher uma definição externa de si, ou seja, ao compreender-se a si mesmo a partir de dispositivos sociais fornecidos socialmente, o sujeito submete-se, sem que nenhuma arma seja apontada para ele. Ao dizer “sou um professor, homem, casado, brasileiro etc.”, o sujeito é colocado em posição de submissão a

um poder dominante. Os mecanismos de submissão do sujeito foram, no decorrer da história, distintos e plurais. Os dispositivos de poder eram mais do que tecnologias de violência, eram dispositivos de construção e instauração de um sujeito em cada indivíduo.

Durante toda a história existiram várias formas de poder e construção do sujeito. Segundo Foucault, a modernidade teve início com o modelo de Poder Soberano, que exercia o poder somente à base armada, de forma que não existisse nenhum outro superior a ele. No poder soberano, a origem da palavra era deixada de lado, tornada absoluta. Dito de outro modo, o conceito de Soberania é habitualmente atribuído ao Estado como a única entidade capaz de criar leis, de mantê-las em vigência, e de fornecer aos indivíduos suas identidades. O Rei era o detentor da soberania, ele era o único apto a construir ordem sobre a qual uma sociedade se ergueria, dessa forma, o poder de governar era apenas consequência do uso potencial da força.

No livro ‘Vigiar e Punir’, é notório que este poder se tornou ineficaz diante das relações sociais, econômicas e políticas, que são cada vez mais complexas. Atualmente, a noção de suplício com as execuções públicas violentas a fim de exhibir poder já não é efetiva.

Para a sociedade ter uma determinada ordem baseada no livre mercado, o capitalismo vai precisar vender suas ideias a fim de incorporar no indivíduo e o fazer acreditar naquilo como sendo seu desde sempre. Em exemplo, ao se classificar como “trabalhador” e “pai de família”, indica-se que esses sentidos foram replicados, naturalizados e incorporados pelos indivíduos, que se tornaram sujeitos trabalhadores, pais, professores e outros adjetivos. A consequência direta disso é que tudo o que é diferente disso, não deve ser aceito. Seguindo na mesma linha de raciocínio, se existe uma lei constantemente lembrando sobre não roubar, isso se automatiza até nunca pararmos para nos perguntar “porque não roubar?”. Se não há motivo para questionar, o poder disciplinar se tornou eficaz.

O poder em si, precisa ser exercido, como uma rede, onde cada pequena relação, por mais pacífica que seja, é uma relação de embate. Foucault nos diz que todas as relações consistem em relações do poder:

A palavra poder é suscetível a levar a uma série de mal-entendidos - no que respeita a sua natureza, forma e unidade. Por poder, não quero dizer "Poder" como um grupo de instituições e mecanismos que asseguram a subserviência dos cidadãos de um dado Estado [...] tampouco, um modo de subjugação que, em contraste com a violência, tem a forma da regra [...]. Finalmente, não tenho em mente um sistema geral de dominação exercida por um grupo sobre outro [ou seja, opressão de classe], um sistema cujos efeitos, através de sucessivas derivações, permeiam todo o corpo social [como em muitas perspectivas marxistas] (FOUCAULT, 2018, p. 92).

Administrar a significação da palavra é administrar como o mundo é significado e compreendido, logo, o poder se estabelece na sociedade a partir de diferentes dispositivos sociais. Para Foucault, dispositivo é o que condiciona a forma de pensar, mover e gestar com aspecto positivo, meio em que exerce um poder positivo a fim de construir algo sobre o indivíduo. Assim, uma das perguntas a serem respondidas é sobre a forma como esses dois dispositivos (jornalismo e prisão) atuam juntos. Sendo que na falta de um, provavelmente o outro não cumpriria o papel que possui.

Para o detento, o presídio funciona de forma análoga ao poder soberano. Já para quem está fora, ele funciona como poder disciplinar, deixando explícito que ali estão as consequências de atos cometidos. E quando o jornalismo olha e narra o presídio pelo lado de fora, ele atua na produção de sentidos que cumprem novamente um papel disciplinador.

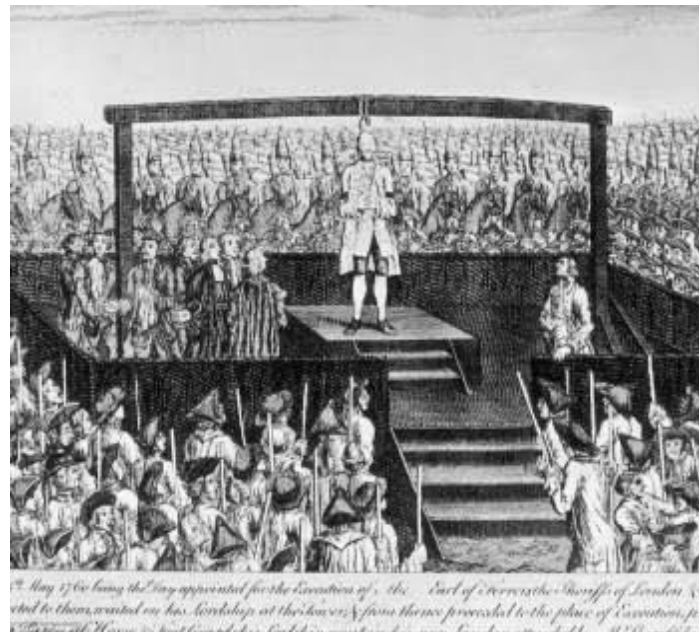
Em resumo, o dispositivo disciplinar está no dito e no não dito, assim, existe a possibilidade de acionarmos um dispositivo para cumprir determinado objetivo, ou dispor do silêncio e daquilo que não foi posto em prática, que também é uma operação.

2.2 DOIS DISPOSITIVOS: O PRISIONAL E O MIDIÁTICO

O presídio e o imaginário causado por ele substituem o antigo suplício que, no dicionário da língua portuguesa é definido como “dor intensa, violenta ou prolongada no corpo, que resulta também em sofrimento moral”. No passado, o suplício era responsável por punir de forma agressiva, em execuções públicas, como em praças, para garantir a ordem social e desencorajar qualquer ato

criminoso, com papel de disciplinar a sociedade. Foi do século XVIII para o XIX que a legislação definiu o poder de punir como função geral da sociedade, ou seja, a penalidade de detenção, onde era exercido da mesma maneira sobre todos, na qual um deles era representado. Isso significa que o indivíduo ali torturado servia de exemplo para a população não cometer crimes, caso contrário, seria torturado em público.

FIGURA 3: Suplício dos corpos: execuções na Inglaterra e França no antigo regime



Fonte: Rainhas Trágicas

(<https://rainhastragicas.com/2016/08/09/o-suplicio-dos-corpos-parte-ii/>)

O suplício é uma base sócio-histórica importante que nos permite entender como os dispositivos totalitários nascem. No entanto, o formato de prisão teve início, de acordo com Foucault (2014, p. 67) fora do aparelho judiciário, e só posteriormente incorporada pelo estado. A prisão como castigo foi rapidamente naturalizada, assumindo o caráter de “obviedade social” por se fundamentar na simples privação da liberdade, ou seja, em penas que separam castigos em dias, meses e anos, de acordo com o delito. A prisão ainda carregava o discurso de transformação dos indivíduos, “ao encarcerar, ao retrainar, ao reeducar e tornar dócil [...] ela seria apenas um quartel estrito, uma escola sem

indulgência, uma oficina sombria e meticulosamente organizada” (FOUCAULT, 2014, p. 69).

São dois os fundamentos que fizeram a prisão parecer a forma mais imediata e civilizada das penas: a dimensão jurídico-econômica (articulando as variáveis da liberdade e do tempo) e a dimensão técnico-disciplinar (articulando a privação da liberdade e a técnica corretiva). A prisão foi desde o princípio uma “detenção legal” encarregada de um suplemento corretivo: instituição de modificação dos indivíduos que a privação da liberdade permite fazer funcionar no sistema legal, visando sua ressocialização (BENELLI, 2014, p. 69).

Mas é possível dizer que a mídia jornalística também se configura como dispositivo de poder? Para Antunes e Vaz (2006), o entendimento da mídia como dispositivo é trabalhado como aquele que “compreende as dimensões da comunicação como certo arranjo espacial, uma forma de ambiência, e um tipo de enquadramento que institui um mundo próprio de discurso” (ANTUNES, VAZ, 2006, p. 46). O dispositivo midiático, para Foucault, é o responsável por levar construções de sentido diferenciadas para cada ser, sendo que cada dispositivo possui um suporte material específico - TV, jornal impresso, rádio, revista e celulares - por onde os textos fluirão.

Foucault, em sua análise arqueogenealógica, proporciona uma compreensão única do papel das mídias como dispositivos de poder. A partir de seus textos é possível argumentar que as mídias não são meros veículos de informação, mas dispositivos que participam ativamente na construção de discursos e na normalização de práticas sociais. As tecnologias midiáticas, seja a imprensa, o rádio ou a televisão, não apenas transmitem informações, mas contribuem para a formação de regimes discursivos que moldam as percepções coletivas.

A perspectiva foucaultiana enfatiza que os dispositivos midiáticos são parte integrante das práticas discursivas que regulam o que é dito, mostrado e considerado aceitável na sociedade. As mídias não apenas refletem a realidade, mas participam ativamente na criação de narrativas que influenciam a maneira como as pessoas percebem a verdade e constroem suas identidades.

Agamben estende sua análise biopolítica aos dispositivos midiáticos, destacando como a gestão da informação e da imagem se torna uma forma de controle sobre a vida social. As mídias, ao moldarem as percepções e influenciarem a opinião pública, participam ativamente na governança da vida, transformando-a em um objeto político.

3 METODOLOGIA E DELIMITAÇÃO DO CORPUS DE ANÁLISE

Michel Foucault, em sua obra "Arqueologia do Saber", propõe uma abordagem metodológica que desafia as tradicionais análises históricas e epistemológicas. A Arqueologia dos Saberes busca compreender como diferentes discursos e formas de conhecimento emergem, se transformam e desaparecem ao longo do tempo. Neste contexto, desenvolveremos uma metodologia de análise de textos baseada nos princípios foucaultianos, destacando a importância da contextualização, das relações discursivas e da compreensão das condições de possibilidade dos enunciados.

O primeiro passo da metodologia é situar o texto dentro de seu contexto histórico e epistemológico. Isso implica entender as condições sociais, políticas e culturais que permeavam a produção do texto. Foucault argumenta que o conhecimento está intrinsecamente ligado às práticas discursivas de uma determinada época, e, portanto, a compreensão dessas condições é crucial para desvendar os significados subjacentes.

A Arqueologia dos Saberes enfatiza a importância das formações discursivas, entendidas como conjuntos de enunciados que compartilham regras e regularidades. Na análise de textos, é necessário identificar as formações discursivas presentes, observando como determinadas palavras, conceitos e temas se repetem e se relacionam ao longo do texto. Essa identificação permite mapear as estruturas que organizam o discurso.

Foucault sugere que cada formação discursiva é governada por regras de formação que determinam o que pode ser dito e como pode ser dito. Na metodologia proposta, é essencial analisar essas regras, considerando como elas

contribuem para a produção de significados. Isso envolve examinar as relações de poder presentes nas escolhas linguísticas, nas exclusões e nas hierarquias que se estabelecem no discurso.

A Arqueologia dos Saberes destaca a importância de estudar as transformações e descontinuidades no conhecimento. Ao analisar um texto, é fundamental observar como certos discursos evoluem, se transformam ou entram em declínio. Isso proporciona insights sobre as mudanças nas condições de possibilidade dos saberes ao longo do tempo.

Por fim, a metodologia foucaultiana exige uma reflexão sobre as condições de possibilidade dos enunciados presentes em um determinado texto. Isso implica questionar as relações de poder subjacentes, as instituições que sustentam o discurso e as práticas que possibilitam a emergência daquele conhecimento específico.

A metodologia de análise fundamentada na Arqueologia dos Saberes de Foucault oferece uma abordagem crítica e contextualizada para desvendar os mecanismos de produção de conhecimento em diferentes contextos históricos. Ao adotar essa metodologia, os pesquisadores podem ampliar sua compreensão das relações entre poder, discurso e saber, revelando as complexidades inerentes à construção e transformação dos saberes ao longo do tempo.

O *corpus* de análise foi estabelecido a partir de quatro matérias jornalísticas, noticiadas nos seguintes veículos televisivos: Jornal O Globo, Jornal da EPTV, Jornal da Clube e Cidade Alerta. A partir de imagens, repetições, tons de fala, enquadramentos e angulações, é possível identificar as marcas discursivas que o jornalismo deixa no discurso sobre o presídio. E por meio da arqueologia dos saberes de Foucault desenvolveremos uma análise dos efeitos deste imaginário – medo, disciplina e docilidade – na sociedade brasileira.

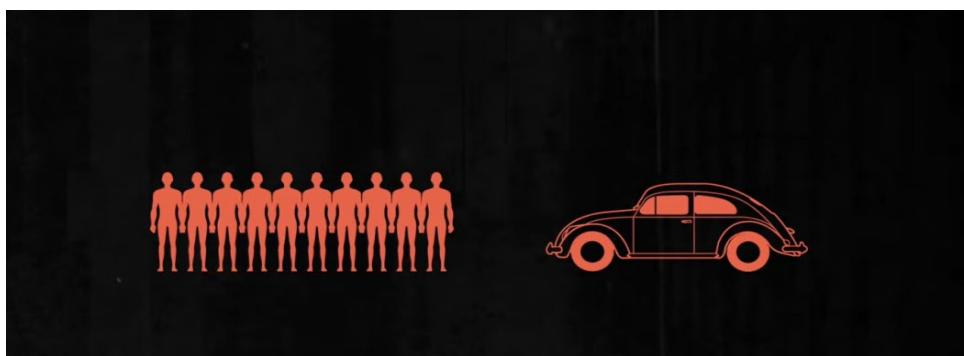
4 ANÁLISE DISCURSIVA: QUANDO O JORNALISMO NARRA E MOSTRA O PRESÍDIO

4.1 MATÉRIA JORNALÍSTICA I

Partindo do princípio, o vídeo nomeado como “A superlotação nos presídios - Acabou o ar”, primeiro episódio da série Violência Encarcerada do Jornal O Globo, exibido em 22 de setembro de 2019, destaca, a princípio, detalhes de movimentação na parte interna de um presídio, unida por narração que destaca dados do principal assunto do vídeo: a superpopulação carcerária nos presídios brasileiros. Cerca de dez imagens são exibidas em *flash*, ainda na parte inicial do vídeo, seguidas de dados que apresentam o Brasil como o terceiro país com maior população carcerária – ficando atrás de Estados Unidos e China – junto ao déficit de profissionais comparado ao número de presos, dados que destacam a gravidade das condições que a superlotação nos presídios gera.

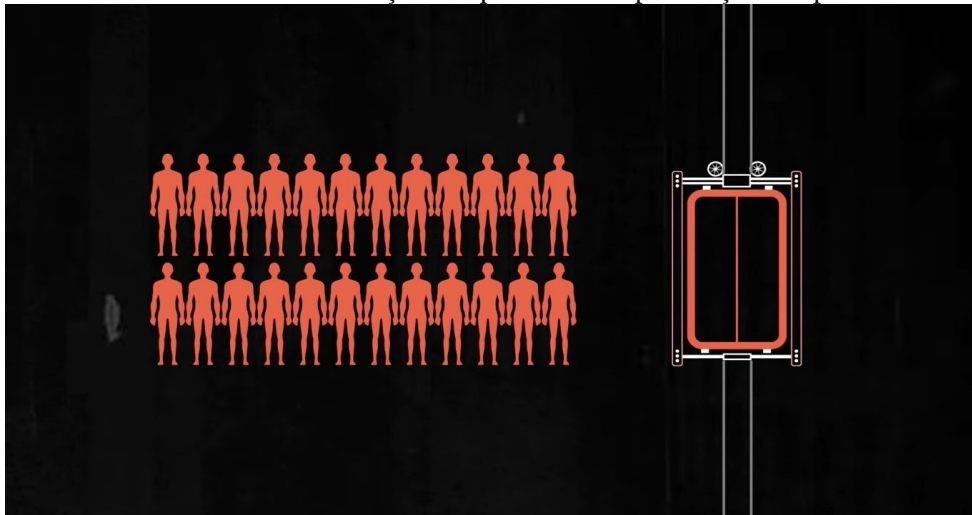
A partir disso, dados apresentados de forma “didática” surgem na tela, com comparações bem compreensíveis. Nestes infográficos, os números são traduzidos de forma quase pueril: os mais de 831 mil detentos acomodados em 423 mil vagas, distribuídas em 2 mil presídios, são apresentados por analogias eufemísticas. Abaixo seguem alguns exemplos: dez passageiros dentro de um Fusca; vinte e quatro pessoas dentro em um elevador de dois metros quadrados; e setecentos ocupando um vagão de metrô. Os seres humanos viram bonequinhos ilustrados, todos da mesma cor e da mesma altura.

FIGURA 5: Ilustração do episódio “A superlotação nos presídios”



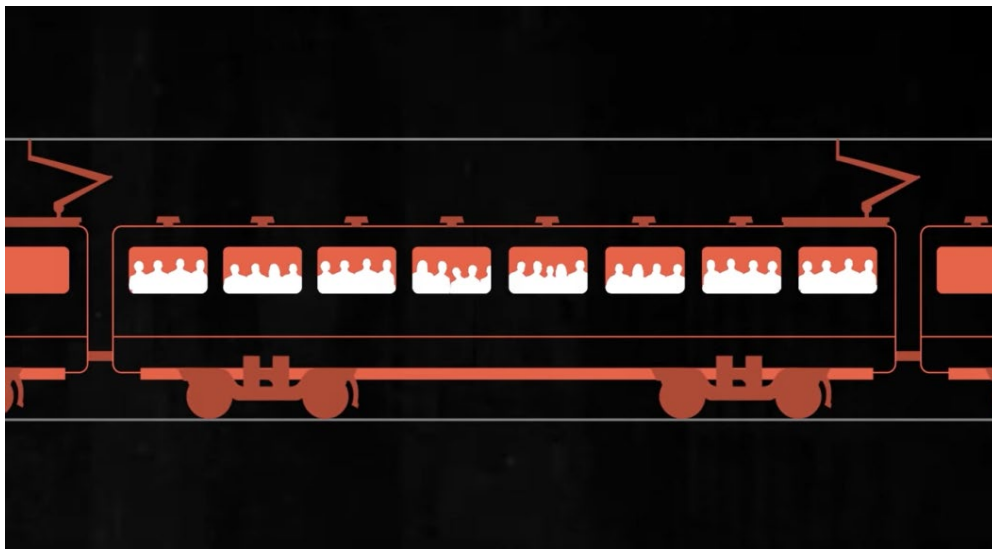
Fonte: Jornal O globo
(disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WoYjKTKQMgQ>)

FIGURA 6: Ilustração do episódio “A superlotação nos presídios”



Fonte: Jornal O globo
(disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WoYjKTKQMgQ>)

FIGURA 7: Ilustração do episódio “A superlotação nos presídios”



Fonte: Jornal O Globo
(disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WoYjKTKQMgQ>)

Ainda no vídeo são apresentados detalhes sobre o tamanho da cela, o horror de dormir em pé, a falta de espaço até para colocar um dedo fora da grade. Em uma das raras falas de presidiários, é dito que “na cadeia você sonha que está dormindo em casa; e em casa, sonha que está na cadeia”. Em outro momento um presidiário usa o jargão “enterrado vivo”, como se ao chegar naquele local o indivíduo deixasse de pertencer ao tecido social. As rebeliões, quando ocorrem,

também são mostradas e narradas pelo lado de fora, sem que seja dada voz e visibilidade para os detentos.

4.2 MATÉRIA JORNALÍSTICA II e III

Esta matéria jornalística narra a rebelião no Centro de Progressão Penitenciária (CPP) de Jardinópolis, em 2016. A princípio, uma notícia ao vivo do Jornal da EPTV, transmitida aos telespectadores na edição do meio-dia, retrata em tempo real os acontecimentos com um repórter presente no local. Ao chamar a matéria, o emprego de termos como “correria”, “incêndio”, “troca de tiros” e “clima tenso”, usados pela âncora Lucieli Dornelles, deixa claro a urgência do caso. Acompanhada da narração do repórter, as imagens focadas na área de fumaça que sobressai o CPP com *zoom* na cena dos presos resgatados, sentados ao sol com somente a roupa íntima no corpo e atrás de uma grade de quatro metros de altura derrubada durante a rebelião, retratam cenas assustadoras.

FIGURA 9: Presos organizados na quadra do CPP de Jardinópolis para contagem após rebelião



Fonte: Jornal da EPTV

Na sequência, uma chamada ao vivo apresenta um compilado de informações do dia, um 29 de setembro de 2016. Na sequência, foram flagradas pessoas correndo no canavial localizado nas margens da rodovia, intituladas

como “cenas de faroeste”, já que policiais e bandidos - como foram nomeados - trocaram tiros. A chegada intensa de viaturas com capturados é insistentemente exibida de diferentes ângulos. Imagens repetidas, já mostradas no início da matéria, voltam com a intenção de relembrar e fixar as cenas a quem esteja acompanhando o jornal a partir daquele momento.

O mesmo fato, dessa vez pelo Jornal da Clube 2ª Edição, leva a chamada: “Rebelião destrói Centro de Progressão Penitenciária de Jardinópolis, presos do semiaberto atearam fogo na unidade e provocaram uma fuga em massa, a superlotação seria o principal motivo”.

A exibição repetitiva das imagens chocantes em diferentes chamadas jornalísticas causa uma espécie de espetacularização do horror. Quanto mais exibidas, mais essas imagens se prendem ao imaginário coletivo. Durante vários minutos são mostrados os recortes e o enfoque do fogo ateados pelos próprios presos que se encontravam dentro do presídio, e a cena da grade derrubada pelos mesmos durante a fuga de parte dos detentos é narrada em tom dramático e indignado.



Fonte: Jornal da Clube

Diferente da última matéria, onde foram somente citados o sentimento de desespero dos familiares, nesta, são feitas três entrevistas que deixam claro o efeito. Mães em lágrimas e angústia para saber a situação dos filhos: se fugiram, se ficaram dentro do Centro de Progressão. Para salientar as condições de vida do CPP de Jardinópolis-SP, a reportagem traz marcas do início do tumulto após uma revista de rotina, já que os detentos reivindicavam agilidade no processo de julgamento e colocam em questão a situação de superlotação.

Segundo as informações da matéria, o local foi construído em 2013 para abrigar cerca de mil re-educandos - aqueles que já haviam cumprido maior parte da pena com bom comportamento -, mas até o momento da notícia, em 2016, havia 800 presos além da capacidade máxima. Para credibilizar os dados levantados, a advogada Áurea Guidoni Cintra fala sobre as condições das celas, como a necessidade de dormir no chão por falta de acomodações.

4.3 MATÉRIA JORNALÍSTICA IV

Por fim, o último *corpus* de análise deste trabalho é intitulado como “Presos fazem rebelião no Centro de Detenção Provisória Belém, na Zona Leste de SP”, transmitido no dia 8 de março de 2022, pelo Cidade Alerta Record, característico na transmissão casos policiais. Por esse motivo, foi escolhida para o final, com intuito de causar impacto e ficar ainda mais explícito a intenção e a efetividade desse estudo.

Na notícia, nota-se o emprego de linguagem popular, uma ferramenta discursiva muito importante. O fogo teria surgido a partir de colchões e pertences pessoais queimados pelos próprios presos dentro das celas. A reafirmação constante de possuir imagens exclusivas do momento aumenta a sensação de necessidade em acompanhar toda a reportagem, sem que nenhum minuto seja perdido. Outra marca importante a se destacar dessa matéria é a narração do próprio comandante do helicóptero que faz a captação das imagens. A fala simples que traduz o imediatismo do ocorrido deixa explícito a fixação do fato para quem o acompanha em tempo real.

FIGURA 12: Montagem de imagens exclusivas no imediatismo do ocorrido no Centro de Detenção Provisória Belém



Fonte: Cidade Alerta

Quase aos gritos, o âncora anuncia: “imagem inédita do momento exato em que a Força da Secretaria de Administração tenta colocar ordem no local”. O verbo *tentar* prova a dificuldade em conter o cenário causado pelos presidiários e como a junção desses acontecimentos torna o presídio um lugar perigoso. Ao questionar uma possível nova ação dos presos no Centro de Detenção Provisória Belém - SP, o apresentador adverte que “todo cuidado é pouco”, caracterizando os indivíduos dali como “inescrupulosos e audaciosos”, que desafiam as autoridades com planos “macabros”. As imagens persistem nas mesmas cenas de horror. Com o sobrevoo no Centro Penitenciário, o jornalista investigativo e comentarista de segurança do jornal, Percival de Souza, preenchia as imagens com narrações contendo informações judiciais sobre o assunto, confirmando a credibilidade e veracidade da notícia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os efeitos discursivos de cada cobertura jornalística sobre os presídios, verificou-se como ambos os dispositivos participam de um dispositivo disciplinar maior. O presídio não cumpriria o papel de suplício no imaginário

social sem que o jornalismo o mostrasse pelo lado de fora, sem dar voz e visibilidade de fato para os presidiários.

Mas há um segundo problema a ser discutido: e se os presídios brasileiros fossem mais humanizados, e consequentemente produzissem menos situações de barbárie e violência, ele cumpriria o mesmo efeito discursivo? A Bastoy Prison, localizada na Noruega, é conhecida como o melhor sistema prisional do mundo, onde agentes penitenciários ficam desarmados durante toda sua jornada de trabalho. As condições são humanas e dignas, e a reeducação de fato ocorre (ao menos na maioria das vezes). Neste caso, a simples permanência e convivência em um ambiente de reaprendizado, faz com que o sujeito pague pelos seus atos. Ainda que não se possa dizer que este presídio humanizado não cumpra um papel disciplinar na sociedade norueguesa, os efeitos discursivos deste dispositivo prisional são diferentes, e provavelmente não há muito o que se noticiar a seu respeito.

Por este prisma, no Brasil é possível dizer que o dispositivo prisional, associado ao dispositivo jornalístico, precisam que os presos vivam em condições terríveis, e a própria rebelião violenta passa a fazer parte do processo discursivo disciplinar. A violência se torna, assim, um instrumento de docilização e sujeição, mas não uma violência direta contra os “cidadãos de bem”, mas um suplício (impingido a pobres e marginalizados) que emerge nas telas da TV na forma de um recado velado: “ande na linha, siga as leis”.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo. **Revista Outra Travessia** n. 5, Ilha de Santa Catarina – 2º semestre de 2005.

ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo. Mídia: um aro, um halo e um elo. In: FRANÇA, Vera; GUIMARÃES, César (orgs.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BENELLI, SJ. Foucault e a prisão como modelo institucional da sociedade disciplinar. In: **A lógica da internação**: instituições totais e disciplinares (des)educativas [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

BERTOLINI, Jeferson. O Conceito de Biopoder em Foucault: apontamentos Bibliográficos. **Saberes**, Natal RN, v. 18, n. 3, dezembro, 2018. p. 86-100.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975- 1976). Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

HOFFMAN, J. A Teoria do Poder de Liberdade. IN: **Conceitos Fundamentais**. Dianna Taylor. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

PENA, Felipe Pena. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

Sales, M. Foucault e os dispositivos. **IX Jornadas de Sociología de la UNLP**, 5 al 7 de diciembre de 2016, Ensenada, Argentina. En Memoria Académica, 2016. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.9260/ev.9260.pdf.

TAYLOR, Dianna. **Michel Foucault**: Conceitos Fundamentais. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2018.

- - - -